

mento. Em razão disso, apoiamos e parabenizamos o presidente Lula pela sanção da Medida Provisória 458, que vai regularizar, no tocante à posse, as terras da União na Amazônia Legal.

Sabemos que a legislação ambiental vigente, datada de 1965 e remendada ao longo do tempo, não contempla as mudanças ocorridas na produção rural. É uma legislação de ar-condicionado, feita dentro de quatro paredes, por quem nunca pôs os pés numa fazenda. O Código Florestal em vigor é uma lei genérica, que ignora particularidades regionais, fato que se cristaliza numa tímida aplicação de zoneamentos ecológicos-econômicos.

Por isso, o Código Florestal precisa ser alterado, para que dê lugar a um novo Código Ambiental, que sirva de bússola para novas legislações regionais cumpridoras do papel de conservação, sem barrar a produção e o desenvolvimento. O produtor rural nasce aprendendo que precisa cuidar do meio ambiente, pois dele depende sua sobrevivência.

O produtor rural tem sim obrigações com relação ao solo, à mata, ao uso da água. Entretanto, a garantia efetiva da biodiversidade exige áreas extensas, que apenas o Poder Público pode estabelecer e administrar. Mas para que isso tudo funcione, também é preciso incluir na lista de devedores toda a população, especialmente, a urbana, que se beneficia dos serviços ambientais de manutenção de recursos hídricos, da conservação da biodiversidade, proteção do solo e da regulação dos gases na atmosfera feitos por muitos produtores. Ou seja, a sociedade tem que remunerar os produtores rurais por serviços ambientais.

Ministros, parlamentares, dirigentes do setor - representantes legítimos dos produtores -, governadores, secretários, trabalham juntos para elaboração de um novo código ambiental. E tem de ser assim mesmo. O diálogo é o único caminho para o desenho de políticas públicas e modelos privados de gestão eficientes economicamente, justos socialmente e corretos ambientalmente. ■

Opinião

Mudança climática



João Sampaio*

AS MUDANÇAS climáticas previstas para as próximas décadas, como resultado do aquecimento global, podem colocar em risco a produção agrícola mundial. Seus efeitos são inegáveis e podem ser evidenciados pelas catástrofes climáticas registradas nos últimos tempos. Porém, se há provas de migração na produção agrícola, que tem uma geografia dinâmica, daí a afirmar que ela está condenada em algumas regiões é descon siderar alguns fatores que regem os movimentos produtivos.

No caso do Brasil, três fatores concorrem para alterações no mapa da produção agrícola: o econômico, a inovação e a mudança climática. As grandes migrações se deram por causa da disponibilidade de novas áreas de exploração combinada à vocação econômica regional, ao empreendedorismo do produtor rural e à indução governamental com crédito e garantias. Os exemplos vão desde a ocupação do norte do Paraná à conquista do Cerrado, até as mais recentes ocupações do oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí e do Agreste.

O impulso econômico e a inovação resultantes da pesquisa agropecuária possibilitaram o plantio da soja e milho em Mato Grosso e Goiás, assim como a intensificação da produção pecuária paulista. O melhoramento genético e aprimoramento no manejo permitiram

o desenvolvimento dessas atividades em novas regiões. A fruticultura no sertão ou os seringaais de São Paulo decorrem mais da capacidade de inovação tecnológica do campo do que de mudança climática.

O programa de melhoramento genético realizado pelo Instituto Agronômico de São Paulo, possibilitou o cultivo da cana em regiões antes nunca imaginadas. Há 15 anos, iniciou-se um trabalho no Cerrado goiano, o qual culminará no lançamento de duas variedades próprias para as características edafoclimáticas da região.

A ciência que viabiliza a migração da produção agrícola nos permite vislumbrar o enorme potencial do continente africano, que ainda não passou pela sua revolução verde. Projetos e campos de experimentos de cana-de-açúcar estão sendo viabilizados em Moçambique e Angola pelo Instituto Agronômico.

Com o mesmo olhar otimista ratifico a necessidade do setor produtivo pensar as mudanças climáticas como um desafio para a ciência e o homem. O aquecimento global já acontece. O IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas) estima aumento na temperatura mundial entre 1,8° C e 4° C até o fim do século. O desenvolvimento de variedades adequadas às mudanças climáticas há de ser prioridade das instituições de pesquisa agropecuária.

Alguns setores da pesquisa solicitam a criação do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Também defendemos desde que seja livre dos ideologismos que têm contaminado algumas discussões ambientais e rotulando o setor produtivo como culpado.

A questão ambiental será preponderante no planejamento estratégico do Brasil como produtor de agroenergia e alimentos, não há como fugir. A economia e a inovação tecnológica são base de sustentação da produção agroambiental, a qual definirá a dinâmica da geografia agrícola. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)